

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
BACHARELADO EM JORNALISMO**

TUÃNE DOS SANTOS ARAÚJO

TIMPÁ: UM CONVITE À ESCUTA DE INDÍGENAS

JORNALISTAS DA AMAZÔNIA LEGAL

São Borja

2023

TUÃNE DOS SANTOS ARAÚJO

TIMPÁ: UM CONVITE À ESCUTA DE INDÍGENAS

JORNALISTAS DA AMAZÔNIA LEGAL

Trabalho de Conclusão de Curso - Projeto Experimental – apresentado ao Curso de jornalismo da Universidade Federal do Pampa como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora Prof.^a Dr^a Sara Feitosa.

São Borja

2023

ERRATA

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
5	6	COMUNICADORES	JORNALISTAS

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
5	16	30/02/2023	30/01/2023

Página	Linha	Onde se lê	Leia-se
5	26	Dra.	Doutoranda

TUÃNE DOS SANTOS ARAÚJO

**TIMPÁ: UM CONVITE À ESCUTA DE INDÍGENAS COMUNICADORES DA AMAZÔNIA
LEGAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo da Unipampa da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Jornalismo.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 30/02/2023.

Banca examinadora:

Prof.^a Dra. Sara Alves Feitosa

Orientadora

UNIPAMPA

Dra. Andreza Silva de Andrade

UnB

Prof. Dr. Alexandre Rossato Augusti

UNIPAMPA



Assinado eletronicamente por **ALEXANDRE ROSSATO AUGUSTI, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/01/2023, às 11:09, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SARA ALVES FEITOSA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 30/01/2023, às 11:10, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1041280** e o código CRC **D5C1385C**.

Dedico este trabalho a todos e a tudo a que amo.

Singularmente à minha família.

AGRADECIMENTOS

A minha primeira menção é Àquele que fez e faz infinitamente mais do que pedi ou pude imaginar. Quando percorri o Sisu em 2019 não imaginaria que chegaria tão longe. Nisso eu falo sobre distâncias físicas e conquistas. São Borja foi a terra que me acolheu como filha e me presenteou com os momentos ímpares que nunca poderia imaginar poder viver. As bênçãos que colhi e as pessoas que ganhei, agradeço a Deus por tamanha benevolência, mesmo que muitas vezes não merecida.

A pessoa que me apresentou Cristo e me criou para ser uma mulher justa, íntegra e temente a Deus, que não posso deixar de agradecer em qualquer segundo da minha vida por tamanha benignidade de Jesus ao ter me presenteado como mãe, dedico cada vitória, seja pequena ou grande. Para aquele que mais vi saindo para trabalhar do que descansando em casa, que, mesmo com pouco, nunca nos deixou faltar nada, que preferiu ter o simples à investir na nossa educação, dedico ao meu pai o meu orgulho em ter chego até aqui. Mãe e pai, Meire e Eladil, obrigada por ficarem bravos por assistirem a sua caçula voar para longe. As tentativas do papai em me comprar para voltar para casa e os esforços da mamãe em me levar para o nosso lar em todas férias, mostram o cuidado que vocês têm comigo. Espero sempre honrar vocês, como vocês tanto honraram a nossa educação. Amo vocês.

Aos meus avós que não estão aqui para presenciar essa vitória, não posso deixar de agradecer a minha vó Martinha por ter instruído a minha mãe a ser a mulher que ela é hoje; e ao meu avô Eladio por ter ensinado o meu pai a ser homem trabalhador que ele é. A minha vó Totônia, que faz parte de quem eu sou hoje, sempre me ensinando coisas novas, me dando carinho e colo de vó, e que preenche a falta que o vó Eladio e a vó Marta me fazem hoje, meu muito obrigada, vó. Lhe amo incondicionalmente.

A minha irmã, Yasmim, que apesar de ser o meu completo oposto, é minha alma gêmea, agradeço por todas as vezes que se prontificou a me ajudar e me aconselhou nos momentos em que pensei que era o fim do mundo. Ao meu irmão mais velho, Sean, que sempre foi um leão em nos defender, e ao meu irmão mais velho (mais velho), Felipe, obrigada por todas as risadas. Obrigada por tudo, Olhuda, Orelha e Bicudo. Não posso esquecer de mencionar meu cunhado Calebe, que me ajudou em Jornalismo de Dados, tabelas de Excel, o abstract aqui documentado e com meu computador todas as vezes que precisei, além de sempre explicar com muita paciência as teorias de filmes e séries que assistimos. Obrigada por ser de exatas, Lelebe. A minha tia-cunhada, Alcilene, obrigada por ser uma pessoa gentil e que sempre nos oferece as melhores histórias do Felipe. A

Marcela, agradeço por ser oposição comigo contra o Sean quando necessário. Precisava de mais força nessa Guerra Fria.

A minha grande família fora do meu laço sanguíneo, a família Costa, só tenho a agradecer por tudo o que vivemos até hoje. De todas as conversas, conselhos, debates, brigas de carinho, domingos, sábados, dias de semana, natais e viradas de ano. A minha melhor amiga de vida, Camila, por ter me ensinado tantas coisas e ter me suportado toda a graduação perguntando sobre gramática, gratidão; a tia Kênia por todo carinho que me deu, seja através de bolos ou beliscões, obrigada. Mas a maior menção que aqui neste parágrafo faço, é ao grande seu Fernando, por todos os sinais de carinho: as piadas sem graça com muita graça, os apertos no pescoço, os beijos no topo da cabeça e por ter amparado nossa família todas as vezes que precisamos. Esse velhinho faz falta!

As minhas grandes amigas que foram meu lar em 2019, Jojo, Maria, Manu e Vanessinha, dividindo surtos, pipocas e gritos, que me levam do amor ao ódio em poucos segundos, mas que se tornaram as maiores confidentes da minha vida. Obrigada por dividirem o mesmo neurônio comigo e por serem presentes mesmo nas coisas mais bestas do nosso dia a dia. Amo vocês! Para Naju e Érika, que foram minhas terapeutas particulares, sou grata por termos nos aproximado tanto no último ano. Obrigada por todas as lasanhas e jantares cercados de afeto. Ao meu padrinho, Victor Eduardo, obrigada por me ajudar e tirar minhas dúvidas acadêmicas. Espero ainda te rever pelo nosso estado e principalmente na TV. À minha afilhada, amiga e gêmea de jeito, Gio, e a minha surpresa 2022, Vitória, obrigada por todos os momentos que construímos juntas. Foi maravilhoso dividir o ano com vocês.

Ao meu eterno grupinho, Ana, Duda, Ju, Mari e Moizi, sobrevivemos! Gratiluz pelos surtos compartilhados. Vocês fizeram da graduação um lugar acolhedor. As levarei para a vida! Faço menção especial a minha duplinha eterna de artigo, Maria Nunes Fleck, por compartilhar comigo todo o seu conhecimento sobre BTS e todas piadas muito bem formuladas que me tiram risos eternos.

Para a minha super amiga *Jujuliany*, não tenho palavras. Fomos de zero a dez rapidamente. Todos os bolos, fugas de responsabilidades acadêmicas nas idas despreziosas ao supermercado ou para tomar um milkshake, ou simplesmente por sermos um apoio emocional anti-procrastinação uma da outra. Obrigada pelas vezes que me decifrou e me mandou ter calma nos meus inúmeros choros quando pensei que não aguentava mais. Tu fostes um dos meus tesouros nesses quatro anos (e mais dois que virão, afinal, somos mestrandas!). Te amo, Xuxu.

Às fontes que tornaram possível esse trabalho, Ariene Susui, Tarrisson Nawa e Andreza Andrade, gratidão por me ensinarem muito nas breves conversas que tivemos. Espero ser aliada, seja como jornalista ou como cidadã, nas lutas e causas que tanto travam.

Aos meus três amores à primeira vista na graduação, quero agradecer por serem exemplos do que pretendo ser quando chegar a docência. Primeiro ao professor Alexandre Augusti, com quem disse desde o primeiro semestre que seria meu orientador, obrigada pelos dois anos de pesquisa que tivemos. As conversas durante as orientações, os ensinamentos sobre como realizar uma pesquisa acadêmica e por me dar o gosto de trabalhar com cinema, levarei para sempre com muito carinho. Ao meu segundo amor, professora Alciane Baccin, com quem pude começar a ter contato através da SBPJor, como estagiária, e com o passar do tempo, em sala de aula, me mostrou que além de ser uma chefe incrível, também é uma professora que ensina mais que a teoria, revelando que a academia pode ser um lugar de acolhimento.

Deixo por último o agradecimento mais importante: a minha querida orientadora, Sara Feitosa, que no primeiro contato que tivemos, constei a certeza que seria a pessoa certa a me orientar (Alexandre sabe dessa história!). Obrigada, Sara, por ter me ensinado a respeitar meu tempo, minha saúde mental e acreditar que eu conseguiria. Todas as vezes que cheguei nas orientações reclamando que não achava tempo para realizar o TCC por conta do trabalho, tu fostes calma. Espero ser um porto seguro, em um futuro acadêmico, como tu fostes para mim. Tu és incrível.

“Ora, aquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós, a ele seja a glória, na igreja e em Cristo Jesus, por todas as gerações, para todo o sempre. Amém!” (Efésios 3:20-21)

“Todos esses que aí estão
Atravancando meu caminho,
Eles passarão...
Eu passarinho!”
Mario Quintana

RESUMO

O documentário “Timpá: um convite à escuta de indígenas jornalistas da Amazônia Legal” é um produto desenvolvido como Projeto Experimental de Trabalho de Conclusão de Curso, no curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Como tema norteador, este trabalho pretende debater sobre a forma como indígenas são representados no jornalismo de referência brasileiro sob o ponto de vista dos próprios povos originários, visando discutir o que é necessário ser feito para mudar o tratamento que lhe é dispensado através de uma mídia colonizadora. Segundo o cineasta e crítico de cinema, Bill Nichols (2009), o audiovisual expositivo assume a argumentação como âncora da produção. A partir desta ideia de Nichols, aqui pontuamos violências e tipos — seja velada ou não —, que os povos originários sofrem com a representação produzida no jornalismo de referência brasileiro. A metodologia aplicada tem como base a obra de Sérgio Puccini (2009) que estrutura o processo em três etapas: pré-produção, produção e pós-produção. A partir de Bill Nichols entendemos que nosso documentário é do tipo expositivo à medida que se propõe a indagar: Como o jornalismo de referência impõe e reproduz representações preconceituosas sobre indígenas? Entre os procedimentos metodológicos utilizamos também a pesquisa bibliográfica em várias áreas de estudos sobre os povos originários; a análise de veículos de referência nacional e regional com o objetivo de identificar os traços do discurso colonizador; além de pesquisa documental para ser utilizada na construção do produto. O resultado é um documentário de 33 minutos que apresenta o ponto de vista dos indígenas jornalistas Ariene Sussui, do povo Wapichana, Tarisson Nawa, do povo Nawa, e Andreza Andrade, do povo Baré.

Palavras-chave: documentário jornalístico; violência contra indígenas; jornalismo de referência; povos originários no jornalismo; Amazônia Legal.

ABSTRACT

The documentary "Timpá: an invitation to listen to Legal Amazon indigenous journalists" is a product developed as an Experimental Project for the End of Course Work in the Journalism course at the Universidade Federal do Pampa, Unipampa (Federal University of Pampa). As a guiding theme, this work intends to debate the way indigenous people are represented in Brazilian reference journalism from the point of view of the original peoples themselves, aiming to discuss what needs to be done to change the way they are treated by colonizing media. According to the filmmaker and film critic Bill Nichols (2009), the expository audiovisual assumes argumentation as the anchor of the production. Based on Nichols' idea, here we punctuate violence and its types — whether veiled or not — that the native peoples suffer with the representation produced in the Brazilian reference journalism. The methodology applied is based on the work of Sérgio Puccini (2009), who structures the process into three stages: pre-production, production, and post-production. Based on Bill Nichols, we understand that our documentary is of the expository kind as it proposes to investigate: How does the reference journalism impose and reproduce prejudiced representations about indigenous people? Among the methodological procedures, we also used bibliographical research in several areas of studies about native peoples; the analysis of national and regional reference media outlets in order to identify the colonizing discourse traits; as well as documentary research to be used in the construction of the product. The result is a 33-minute documentary that presents the point of view of the indigenous journalists Ariene Sussui, from the Wapichana people, Tarisson Nawa, from the Nawa people, and Andreza Andrade, from the Baré people.

Keywords: journalistic documentary; violence against indigenous people; reference journalism; original peoples in journalism; Legal Amazon.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 — Recorte da matéria do Diário Online (DOL)	35
Figura 2 — Recorte da matéria da VEJA Digital	36

LISTA DE SIGLAS

AC — Acre

BDTD — Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

DOL — Diário Online

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Ibict — Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPGAS/MN-UFRJ — Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro

RBA de Comunicação — Grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação

UEPB — Universidade Estadual da Paraíba

UFPE — Universidade Federal de Pernambuco

UFRR — Universidade Federal de Roraima

UnB — Universidade de Brasília

Unisc — Universidade de Santa Cruz do Sul

Unisinos — Universidade do Vale do Rio dos Sinos

USP — Universidade Federal de São Paulo

Univaja — União das Organizações Indígenas do Vale do Javari

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Tema e enfoque experimental	16
1.2 Problema de comunicação	16
2 OBJETIVOS	17
2.1 Objetivo geral	17
2..2 Objetivos específicos	17
3 JUSTIFICATIVA	17
4 REFERENCIAL TEÓRICO	20
4.1 Identidade cultural	20
4.1.1 Hegemonia cultural e etnocentrismo	21
4.1.2 Jornalismo e identidade cultural	23
4.2 Jornalismo	25
4.2.1 Jornalismo de referência e jornalismo de referência regional	25
4.3 Representação dos povos indígenas	28
4.3.1 Discursos de veículos de comunicação	30
4.3.2 Auto representação dos povos indígenas	32
5 METODOLOGIA APLICADA	34
5.1 A Pré-produção	34
5.1.1 Análise de veículos	34
5.1.2 Sobre as fontes	36
5.1.3 Materiais de apoio	37
5.1.4 Pré-entrevistas e pesquisa de campo	37
5.1.5 As pautas	38
5.1.6 Do cronograma de pré-produção	39
5.2 A produção	39
5.2.1 Tipos de documentário	39

5.2.2 Pós-produção	40
6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	40
6.1 Pré-produção	40
6.2 Produção	41
6.3 Pós-produção	41
7 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO	42
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	46

INTRODUÇÃO

1.1 Tema e enfoque experimental

O tema norteador deste projeto experimental é entender como a comunicação, por meio de jornais de referência, se porta como uma reprodutora de falas colonizadoras sobre os primeiros habitantes do Brasil em matérias jornalísticas. Através de uma pesquisa exploratória, serei, primeiro, pesquisadora e, acima disso, ouvinte das fontes, pessoas indígenas, para testemunhar e produzir um documentário de como são representadas pelos meios midiáticos. Portanto, este enfoque experimental resulta na produção do documentário Timpá: um convite à escuta de indígenas jornalistas da Amazônia Legal¹. Timpá significa “ouvir” no vocabulário do povo Kaiapó meridionais ou Kaiapó do Sul. Objetivo presente neste trabalho, o convite à **ouvir** o povo originário e aprender como tratá-los é o propósito desse trabalho².

Para dar conta de um tema relevante e tão pouco debatido, será necessário fazer um recorte geográfico, ao trazer proximidade na fala de profissionais indígenas da comunicação no âmbito da Amazônia Legal. A região é dividida, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em duas partes: a Amazônia Ocidental, composta pelos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, e a Amazônia Oriental, composta, por exclusão, pelos estados do Pará, Maranhão, Amapá, Tocantins e Mato Grosso.

A problematização de como esses povos, os primeiros comunicadores de saberes e cultura do Brasil, são negligenciados pela mídia hegemônica que noticia, de forma desacertada, com termos carregados de estigmas e de preconceito, bem como a falta de representação indígena em redações jornalísticas. O acesso de nativos às instituições de ensino superior, com foco nos cursos de comunicação, também é um ponto importante a ser discutido.

1.2 Problema de comunicação

Como o jornalismo de referência impõe e reproduz representações preconceituosas sobre indígenas?

¹ Para assistir, acesse: <https://youtu.be/HkeU0Er2oMA>

² No item 6.3 Pós-produção está explicado o processo de escolha do nome.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Produzir um documentário que debata como o jornalismo de referência impõe e reproduz representações preconceituosas sobre indígenas.

2.2 Objetivos específicos

- Mapear como os veículos **VEJA Digital e Diário Online (DOL)** representam os povos originários na sua produção jornalística;
- Identificar como indígenas jornalistas da Amazônia Legal sentem-se em relação a representação dos povos originários feita pelo jornalismo de referência em veículos online;
- Apresentar as iniciativas de produções de autorrepresentação indígena.

3 JUSTIFICATIVA

Como moção, o projeto experimental proposto pondera como os indígenas são representados pelo jornalismo de referência nos veículos online. A problematização se dá ao perceber que, no mundo politizado em que vivemos, com tanto acesso à informação e disseminação de desinformação, ainda nos deparamos com descuidos, se assim podemos chamar, pela mídia que insiste em manter reproduções e falas colonizadoras sobre os povos originários.

À vista disso, ao entender que há inadvertências em matérias jornalísticas escritas por pessoas não indígenas, pretendo evidenciar³ a importância de difundir mais sobre a falta de conhecimento das redações sobre o assunto, bem como a falta de representação indígena nas empresas jornalísticas. O projeto se justifica no contexto atual que passamos, com o amplo debate sobre representação e humanização de sujeitos no jornalismo, que muitas vezes não se reciclam e acabam por objetificar pessoas em contextos já ultrapassados.

O interesse de falar sobre o tema surgiu ao refletir sobre a importância da identidade cultural para a “prática jornalística, considerando o jornalista como mediador de

³ Irei utilizar a primeira pessoa do singular nesta justificativa por escolha.

identidades” (AMPHILO, 2014, p.1). A cultura é, para Amphilo, a mais profunda expressão do ser humano. Por conseguinte, o jornalismo, como instituição da sociedade que exerce forte influência no debate público, contribui e constitui a construção da identidade cultural do país. Amphilo (2014), acredita que a cultura transmite o modo de ser e pensar do coletivo como um todo. Se pensarmos o papel do jornalista como construtor da identidade cultural do país, veremos que as falas colonizadoras e a hegemonia se fazem presentes por falta de representatividade indígena nas redações.

O estado da arte desta pesquisa exploratória foi feita através da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict) e do Google Acadêmico, buscando os termos “**povos originários**” (1), “**povos originários e comunicação**” (2) e “**identidade cultural**” (3). Através dessas palavras-chave, encontrei para o termo **1**, 179 resultados na BDTD e 76.200 no Google Acadêmico; para o **2**, são 18 resultados na BDTD e 52.800 no Google Acadêmico; no termo **3**, 8,859 resultados na BDTD e 638 mil no Google Acadêmico. Por ter abundância de trabalhos nos dois buscadores, foi necessário trazer um recorte para dar conta desta demanda. Sendo assim, filtrei para trabalhos defendidos entre o ano de 2019 a 2022, escritos em português e por ordem de relevância.

Para o termo **povos originários (1)**, encontrei 3 resultados na BDTD e 14.600 no Google Acadêmico. Pela BDTD não foram encontrados estudos que pudessem contribuir para este estudo. Já pelo Google Acadêmico, dois trabalhos chamaram atenção. O artigo do doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, Luiz Henrique Eloy Amado, “Autoritarismo e resistência indígena no Brasil”, explica a conjuntura brasileira atual, com um governo anti-indígena, e como cada vez mais é preciso romper com pensamentos colonizadores para a resistência dos povos originários. Já o artigo “Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas”, dos autores Felipe Milanez, Lucia Sá, Ailton Krenak, Felipe Cruz, Elisa Urbano e Genilson dos Santos Pataxó, para a revista Direito e Praxis, retoma o problema do racismo enfrentado pelos indígenas e que é tão pouco lembrado no país. O estudo traz importante levantamento de falas de personagens importantes no Brasil.

Para o termo **povos originários e comunicação (2)**, pela BDTD não foram encontrados estudos que pudessem contribuir para este trabalho. Já pelo Google Acadêmico, dois artigos foram escolhidos. O artigo “As narrativas pré-jornalísticas de Colombo: A produção de sentidos na representação do outro ontem e hoje”, realizado pelo mestrando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos

(Unisinos), Eduardo Comerlato, na revista Tropos: Comunicação, sociedade e cultura. O trabalho pode ser entendido como o pontapé inicial do que norteia este trabalho. O autor identifica como Cristóvão Colombo descreveu, em cartas e diários, os povos originários de forma preconceituosa e cheia de estereótipos. Foi a partir deste momento que Colombo acreditava estar na Índia, que chamou os primeiros habitantes do Brasil de índios, nomenclatura até hoje reproduzida erroneamente.

Para o termo **identidade cultural (3)**, foram 83 resultados no BDTD e 20.300 no Google Acadêmico; pela quantidade de trabalhos localizados no Google Acadêmico a opção foi analisar apenas os trabalhos localizados no BDTD. Encontrei dois estudos que chamam a atenção, sem essa delimitação nas palavras-chave, o primeiro, “Identidade cultural e alteridade: Problematizações necessárias”, da graduada em Estudos Sociais – História pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), Joice Oliveira Pacheco, para a revista Spartacu, da mesma universidade, aborda a reflexão acerca da identidade cultural e da alteridade da sociedade. A autora reflete sobre como a construção identitária é uma porta de entrada para reproduções, produções e representações da identidade cultural. Já o segundo, “Jornalismo e identidade cultural: Reflexões epistemológicas”, artigo da autora Maria Isabel Amphilo, da Universidade Federal de São Paulo (USP), para a revista Tríade: Comunicação, Cultura e Mídia, destaca a importância do profissional de comunicação, como reprodutor e construtor de identidades, estudar sobre o tema.

De acordo com Lucia Santaella (2001) uma pesquisa pode trazer três contribuições: científico-teórica, científica-prática e de ordem social. A partir da autora, é possível identificar que a contribuição deste trabalho é de ordem social. Isso porque, através da minha percepção e proximidade com a cultura do meu estado, o Pará, e como estou enraizada à identidade indígena presente no meu dia a dia, acredito ser necessário e imediato refletir sobre o assunto. De acordo com Santaella, a contribuição social é quando: "reflexão e debate em torno de problemas sociais ou quando um conhecimento prático é buscado como meio de intervenção na realidade social" (SANTAELLA, 2001, p. 174).

Por último e não menos importante, o projeto também é de ordem científica-prática. De acordo com Santaella, essa contribuição seria pela busca de “aplicar uma teoria a um dado fenômeno julgado problemático” (SANTAELLA, 2001, p. 173). Esse ponto é amparado quando treinei profissionais indígenas da comunicação para falar sobre os problemas comunicacionais ocasionados pela falta de escuta nas falas de pessoas indígenas. É no documentário que, apesar de em pequena escala, o meu projeto experimental irá abordar uma temática relevante para a atuação jornalística, apontando

para práticas que sejam menos excludentes, que não reproduzam os discursos e preconceitos da colonização. Bem como aporte para a minha formação como jornalista.

Com os trabalhos encontrados no estado da arte, consegui identificar a evolução do assunto, integrar estudos de diferentes áreas (direito, história e comunicação) que podem, em conjunto, apontar para a problemática e sugerir técnicas que possam contribuir para a reflexão da reprodução e compartilhamento de falas colonizadoras sobre os povos originários. Além de produzir conhecimento científico que ajude e some com estudos que virão.

4 REFERENCIAL TEÓRICO

Apresentamos o referencial teórico dividido em três temas: identidade cultural, jornalismo e representação dos povos indígenas. O primeiro será dividido em dois tópicos: hegemonia cultural e etnocentrismo, e jornalismo e identidade cultural; o segundo, em jornalismo de referência e de referência regional; e, no terceiro, iremos percorrer no que identificamos de falas colonizadoras nos discursos dos veículos de comunicação VEJA Digital e o Diário Online, e também sobre a auto representação dos povos indígenas.

4.1 Identidade cultural

Segundo o dicionário de português da Google, Oxford Languages⁴, a identidade é um “conjunto de características que distinguem uma pessoa ou uma coisa e por meio das quais é possível individualizá-la”. Quando falamos de identidade, lembramos que há, ancorado a ela, a diferença. Ambas — identidade e diferença —, para Joice Oliveira Pacheco (2007), são uma relação social. As suas definições, seja discursiva ou linguística, “está sujeita a vetores de força, a relações de poder” (PACHECO, 2007, p. 2). Isso porque, para a autora, estas não são definidas, mas impostas.

Dessa diferenciação que cerca a identidade, podemos pensar na diversidade. Seja ela racial, de gênero, classe social, religiosa, étnicas ou, como debateremos, cultural. É importante destacar, segundo Pacheco, que:

A diferenciação, portanto, é responsável por (re)construir/(re)produzir a alteridade, por definir quem é o “outro”, e torná-lo identificável, (in)visível, previsível. Ao dividir, separar, classificar, normalizar, a diferenciação resulta na hierarquização. Fixar uma determinada identidade como a norma, é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças, pois

⁴ Para saber mais: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais, as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa, tal como afirma Silva (2000). (PACHECO, 2007, p. 3).

Sendo assim, a identidade cultural não é algo natural, mas determinada por um dominante: “é por sua vez construída, manipulada e política” (PACHECO, 2007, p. 3). Para Pacheco, a modernidade criou instituições que ditam o que é e o que não é normal em elementos da cultura. Criar, ditar, reproduzir e legitimar culturas e identidades, a fim de manter, como a autora refere, uma “lógica binária”: isto presta, isto não.

4.1.1 Hegemonia cultural e etnocentrismo

Nesse sentido, quando falamos em cultura, falamos sobre a representação e como essa “conecta o sentido e a linguagem à cultura” (HALL, 2016, p. 31). Para o autor, a representação produz sentido através da linguagem. Ou seja, ela descreve a realidade através de representações. Damos sentido às coisas ou pessoas através de palavras, seja ela falada ou escrita, mostrando aos outros o que queremos comunicar. Hall (2016) explica que há três tipos de linguagem. São elas: reflexiva, que a linguagem apenas reflete um significado já existente; intencional, quando somos nós que damos sentido e queremos apenas expressar o que pretendemos; e construtivista, quando o próprio significado se constrói na e por meio da linguagem. Nesta análise iremos focar no sentido intencional, como logo falaremos do jornalista como produtor de sentidos.

Hall explica que há um “sistema de representação” em que, de uma maneira coletiva, representamos algo. Organizamos e agrupamos sentidos, de forma que conseguimos entender os sentidos de forma complexa. Por isso que, para Hall, tudo está organizado. Apesar de ter uma organização de sentidos através da linguagem, há, para o autor, interpretações diferentes da maneira de olhar entre cada ser humano de como vemos o mundo: “O sentido depende da relação entre as coisas do mundo — pessoas, objetos e eventos, reais ou ficcionais — e do sistema conceitual, que pode funcionar como *representação mental* delas” (HALL, 2016, p. 34, grifos do autor). Posto isto, é impossível que pensemos o mundo de uma maneira igual. Porém, somos capazes de nos comunicar e de dar sentido a algo de uma maneira semelhante:

Isso é, de fato, o que significa pertencer 'à mesma cultura'. Uma vez que nós julgamos o mundo de maneira relativamente similar, podemos construir uma cultura de sentidos compartilhada e, então, criar um mundo social que habitamos juntos”. (HALL, 2016, p. 36).

Aqui entramos em um ponto importante. Como seres que usam do sentido e linguagem para nos conectarmos um ao outro através da cultura, começamos a percorrer sobre a hegemonia cultural e ao etnocídio. Se sabemos que o sentido que construímos não está nos objetos e pessoas, mas sim que “somos nós quem fixamos o sentido tão firmemente que, depois de um tempo, ele parece natural e inevitável” (HALL, 2016, p. 41-42), entendemos que há uma hegemonia cultural que empurra com firmeza, mas de forma sutil, o que para eles fazem sentido.

Para o filósofo Michel Foucault, como lembrado por Hall, há uma outra representação da linguagem através do discurso, que constrói determinado assunto:

Define e produz os objetos de nosso conhecimento, governa a forma com que o assunto pode ser significativamente falado e debatido, e também influencia como ideias são postas em práticas e usadas para regular a conduta dos outros. Assim como o discurso “rege” certas formas de falar sobre o assunto, definindo um modo de falar, escrever e se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição, ele “exclui”, limita e restringe outros modos. (HALL, 2016, p. 80, grifos do autor).

Ainda segundo Foucault, Hall lembra que, para o filósofo, o conhecimento é estritamente ligado às relações de poder, já que são elas que regulam a conduta social prática aceitável. São nestes discursos, através de instituições sociais, que entendemos que há uma cultura hegemônica que dita o que deve ser aceito. A alteridade, já discutida no tópico anterior, nos faz estereotipar pessoas. Richard Dyer (1977), citado por Hall, acredita que sempre damos sentido às coisas, colocando-as em categorias. Então, quando pensamos em alguém, colocamos elas em grupos. Seja classe, religião, orientação sexual, sexo e, neste caso, raça. Esse tipo de estereotipagem é o que determina “um sistema de tipos sociais e estereótipos aponta tudo o que está, assim por dizer, dentro e fora dos limites de normalidade [ou seja, comportamentos aceitos como “normais” em qualquer cultura]”. (DYER, 1977 apud. HALL, 2016, p. 41-42, grifos do autor).

De acordo com Hall, outra característica da estereotipagem é a exclusão, já que ela determina os limites do aceitável em uma cultura:

A estereotipagem, em outras palavras, é parte da manutenção de ordem social e simbólica. Ela estabelece uma fronteira simbólica entre o “normal” e o “pervertido”, o “normal” e o “patológico”, o “aceitável” e o “inaceitável”, o “pertencente” e o que não pertence ou é o “Outro”, entre “pessoas de dentro” (insiders) e “forasteiros” (outsiders), entre nós e eles. (HALL, 2016, p. 192, grifos do autor).

Outro ponto importante é que “a estereotipagem tende a ocorrer onde existem enormes desigualdades de poder” (HALL, 2016, p. 192). Por consequente, um de seus aspectos, segundo Dyer, é o etnocentrismo. É a partir desse conceito que compreendemos a

história dos povos originários como um povo que teve sua cultura negligenciada desde o “descobrimento do Brasil”. Para Maria Inês Cox, “se o etnocentrismo designa o modo enviesado de ver o outro, o etnocídio designa um desejo e uma prática que afetam/alteram a cultura do outro” (COX, 2006, p. 67). Como explicado por Amado (2019):

‘etnocídio’ é termo derivado da terminologia genocídio utilizado para se referir à violência marcada notadamente pela conduta impositiva de uma cultura sobre a outra, valendo-se de uma suposta soberania racial. (AMADO, 2019, p. 704).

O silenciamento dos povos indígenas, então, não apenas acontece no genocídio, que exterminou milhares de indígenas, mas também a seus territórios, línguas e culturas através de uma hegemonia que naturalizou a sua marginalização como algo aceitável.

4.1.2 Jornalismo e identidade cultural

Se refletirmos a identidade e hegemonia cultural, a sua representação e o etnocentrismo, entendemos as suas conexões com o poder, seja físico ou simbólico. Sabemos, agora, portanto, que este poder é representado através de palavras e na construção de sentidos. Desse modo:

A cultura é a mais profunda expressão do ser humano em termos simbólicos, pois o indivíduo lança sobre a matéria prima seus ideais, crenças, valores, e principalmente sua visão de mundo, naquele determinado contexto sócio-cultural. Dessa maneira, a cultura possui um caráter eminentemente libertador, mas também, tem o soft power (poder leve) de dominar, de estabelecer a hegemonia, ou seja, a cultura detém o poder simbólico. (AMPHILO, 2014, p. 174).

Partindo do pressuposto de que há uma força que insere com robustez à sociedade a identidade cultural construída por ela, Amphilo (2014) relembra, a partir de Cremilda Medina (1996), que há três fontes de força no discurso jornalístico. O primeiro é a pressão dos grupos de poder hegemônicos que querem permanecer no topo; o segundo, as forças culturais e como são representadas; e o terceiro, a autoria do comunicador, do mediador social ou simbólico.

A primeira força que atua sobre o fato jornalístico é auto descritivo. Para Medina, um grupo político ou econômico podem administrar a notícia modificando “o comportamento da mensagem da captação do real à sua formulação estilística” (MEDINA, 1988, p. 73). A segunda fonte, o ponto importante para este projeto, trata-se da cultura empregada pelo veículo. São as regras pragmáticas do dia a dia que o jornalista deve seguir, o engessamento das práticas jornalísticas que fazem com que os profissionais não busquem aprimoramento em assuntos importantes para a construção da notícia. Já a

terceira força trata de como o jornalista é um mediador social, utilizando a sua subjetividade na produção noticiosa, formando, assim, sentidos e, principalmente, identidades.

Para Amphilo, trocamos informações e experiências em nosso cotidiano para fins de sobrevivência. Falar sobre determinado assunto é buscar reproduzir simbolicamente a realidade, tornando-a menos assustadora. De acordo com o jornalista Nelson Traquina (2005), os jornalistas são responsáveis por essa produção de sentido através da contação de histórias:

Poder-se-ia dizer que o jornalismo é um conjunto de ‘estórias’, ‘estórias’ da vida, ‘estórias’ das estrelas, ‘estórias’ de triunfo e tragédia. [...] Os jornalistas vêem os acontecimentos como ‘estórias’ e as notícias são construídas como ‘estórias’, como narrativas, que não estão isoladas de ‘estórias’ e narrativas passadas. (TRAQUINA, 2005, p. 20).

Ao entender a identidade como uma “profunda expressão do ser humano”⁵, ponderamos a importância do jornalista em entender o lugar do outro antes de construir uma pauta e entrevistar uma fonte. Aqui compreendemos que, como um mediador social, devemos estudar a cultura de nossos entrevistados ou do assunto tratado nas notícias, como diz Medina:

Só o jornalista que se aperfeiçoa para poder criar, terá alguma possibilidade interveniente no processo de mediação social. Só o mediador que se obriga a um projeto de pesquisa cognoscitiva terá competência para modificar o status quo (hegemonia do emissor) e praticar o discurso polifônico e polissêmico. (AMPHILO, 2014, apud MEDINA, 1996, p. 20).

Para além do papel jornalístico, podemos também citar nosso dever como indivíduos em uma sociedade civil organizada, conforme Pacheco relembra Duschatzky e Skliar (2001) que consideram a relação de identidade e diferença como uma “dependência que uma possui da outra, seria inevitável, e necessário até (se assim podemos dizer), “novos diferentes” capazes de “normalizar” essas “novas identidades” que emergem” (PACHECO, 2007, p. 7, grifos do autor), como lembram Duschatzky e Skliar “necessitamos do outro para, em síntese, poder nomear a barbárie, a heresia, a mendicância etc. e para não sermos, nós mesmos, bárbaros, hereges e mendigos”. (DUSCHATZKY et al., 2011, apud PACHECO, 2007, p. 7).

Agora que entendemos o papel do jornalismo como (re)produtor de identidades culturais, iremos entender o que é o jornalismo em si e quais as suas vertentes, e como estes têm impacto sobre os povos originários.

⁵ Significado dado por Amphilo citada anteriormente.

4.2 Jornalismo

Definir jornalismo, como dito por Traquina, em seu livro *Teorias do Jornalismo*, é um “absurdo”. Tentar sintetizar em um livro ou, neste caso, em um breve tópico de TCC, é quase que uma tarefa impossível. Para Traquina, há verdade na afirmação que muitos dizem que o jornalismo é apenas a realidade. Por muitas vezes também, o jornalismo, segundo Traquina, “é demasiada vezes reduzido ao domínio técnico de uma linguagem e seus formatos” (TRAQUINA, 2005, p. 22). Se percorrermos as páginas de um jornal, vemos um recorte de tudo que é dito importante ou relevante que acontece no nosso dia a dia. Apesar de, na teoria, ter que ser assim, Traquina diz que há “uma transgressão da fronteira entre a realidade e a ficção” (TRAQUINA, 2005, p. 20), e que, então, a “realidade” pode acabar por ser uma mera invenção do jornalista. Para Silva (2011), o jornalismo não é uma realidade, mas sim uma versão dessa realidade: “a prática do jornalismo não se orienta por meio de um sistema teórico, como a ciência, e que não há hipóteses a serem testadas, mas pautas a cumprir” (SILVA, 2011, p. 165).

De acordo com Traquina, a origem do jornalismo foi no século XIX, quando surgiu a imprensa. Foi nessas décadas que o jornalismo deixou de servir como um portal de propaganda para começar a fornecer informação. Também é neste momento que surgem os valores que pautam a notícia: “a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço público” (TRAQUINA, 2005, p. 34). Já no século XX, houve a sua expansão para outros meios de comunicação, como rádio e TV e, logo mais, o conhecido jornalismo online, o tipo de ambiente jornalístico que será analisado neste projeto.

4.2.1 Jornalismo de referência e jornalismo de referência regional

As expressões “jornalismo de referência”, “imprensa de referência” ou “jornal de referência”, segundo Angela Zamin (2014), “têm sido empregadas em investigações brasileiras como modo de delimitação de objeto de estudo, justificativa ou estratégia metodológica” (ZAMIN, 2014, p. 919). Segundo Zamin, é considerado jornalismo de referência:

[...] os grandes jornais consagrados econômica e politicamente ao longo da História [...]. Referimo-nos aos jornais que dispõem de prestígio no País, isentando-nos de uma avaliação de sua qualidade [...]. Entendemos como jornais de referência os que têm prestígio, são hegemônicos e representam posições sociais e simbólicas privilegiadas no campo jornalístico. Outro critério para fazermos essa divisão arbitrária são as qualidades que os jornais atribuem a si

mesmos em relação aos valores jornalísticos. (AMARAL, 2004, apud ZAMIN, 2014, p. 929-930).

Zamin (2014) aponta, a partir de Vidal Beneyto (1986), atribuições do “jornal de referência dominante”, como nominado por Beneyto:

ser imprescindível para os outros meios de comunicação, possibilitar a presença de grandes políticos, de instituições sociais e associações representativas, e servir externamente de referência para a realidade do país. (ZAMIN, 2014, p. 932).

Para Zamin, a imprensa de referência é como um mediador simbólico. Essa mediação faz com que o jornalismo exerça determinado poder, produzindo uma verdade de acordo com a referência do jornalista sobre o fato: “O jornal torna-se instância produtora de cultura e uma cultura que se impõe como referência dominante” (IMBERT, 1986, apud ZAMIN, 2014, p. 934). Como instituição, Zamin acredita que os jornais de referência estão alinhados a:

[...] posições ideológicas conservadoras e, para além de exercerem uma supremacia mercadológica, em termos de mercado publicitário, o são também termos comunicacionais, enquanto referência das elites. Constituem-se como instâncias mediadoras, dados que seus discursos se estabelecem em função e por interação com poder político, a opinião pública e a intelectualidade. (ZAMIN, 2014, p. 936).

Aqui abrimos um espaço para falarmos sobre a Revista VEJA Digital, veículo de referência que iremos analisar. A Veja foi lançada em São Paulo, em 11 de setembro de 1968, pela Editora Abril. Em primeiro momento, a revista era semanal e impressa, chamada, internamente, de “Projeto Falcão”, já que a editora estaria apostando em um modelo de circulação ainda desconhecido por eles. Foi Raymond Cohen o responsável por dar vida a Veja, com 25 páginas de publicidade e tiragem entre 150 mil e 300 mil exemplares. O objetivo da revista era dar ao leitor “reportagens sobre os principais acontecimentos do Brasil e do mundo de forma organizada, analítica e contextualizada”⁶. Apesar de sempre ser chamada de Veja, as capas contavam com o nome Veja e leia.

A Veja chegou à internet em 1997. O aplicativo VEJA Digital promete ao leitor acesso ao conteúdo da edição impressa que, poderá também ter acesso a animações e infográficos, vídeos dentro das matérias, narração de textos em reportagens selecionadas e links que levam da VEJA Digital à páginas da internet. Os conteúdos editoriais são: Entrevista (as famosas páginas amarelas), Imagem da Semana, Datas, Radar, Conversa e o Humor do Sensacionalista, Brasil, Internacional, Economia, Geral e Cultura. O conteúdo é disponibilizado nas manhãs de sexta, a partir das 8h, horário de Brasília.

⁶ Para saber mais: <https://veja.abril.com.br/brasil/os-50-anos-de-veja-uma-linha-do-tempo/>

Zamin (2014) aponta que uma vertente do jornalismo de referência é o jornalismo de referência regional. Como um dos veículos analisados neste projeto é o Diário do Pará, é importante adentrar em que conceito o jornal se encaixa. Para Fabiana Sparremberger (2019), os jornais de referência regionais são aqueles que buscam a aproximação dos leitores através de uma regionalização midiática, definindo qual espaço quer ocupar de acordo com seu interesse:

Para buscar a aproximação com os leitores, orienta suas práticas midiáticas e jornalísticas singulares a uma região de abrangência estabelecida, seja ela distante, promovida por meio de conexões externas e em rede, ou próxima de sua sede física, agrupando municípios que se reúnem por identidades geográficas, sociais, históricas e culturais ou por uma mera delimitação política-administrativa. (SPARREMBERGER, 2019, p. 18).

Para Sparremberger, o jornalismo de referência regional reforça o vínculo com seus leitores que estão longe da sua sede física, além de estreitar laços com aqueles que estão nas cidades de cobertura das edições impressas, tudo isso para se manter no mercado. É nesse ponto de partida que falaremos sobre o Diário Online, veículo midiático do Pará que será analisado neste projeto.

A primeira edição do jornal Diário do Pará foi publicada no dia 22 de agosto de 1982. Pertencente ao Grupo Rede Brasil Amazônia de Comunicação (RBA de Comunicação), seu criador foi o jornalista Laércio Wilson Barbalho, que o idealizou para respaldar a candidatura de seu filho, Jader Barbalho, o então governador do Pará, além de servir como palanque para o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) na luta contra a ditadura militar brasileira⁷, já que o país vivia o processo de redemocratização. Foi apenas em setembro de 2010 que o portal de notícias do jornal regional, já consolidado como o maior da Amazônia, criou um portal online, batizado de Diário Online.

O DOL⁸, que se denomina o maior portal de notícias da região Norte, trouxe um novo formato ao webjornalismo que, ao invés de replicar as notícias do impresso na íntegra, apostou em um formato multimídia, com interação com público de dentro e fora do estado do Pará. O formato está nas redes sociais Facebook, Instagram, Twitter e Youtube, e conta com os conteúdos editoriais: Pará, Concursos, Notícias, Esportes, Entretenimento, Tuédoidé?, Galerias, Dolplay, Dolcast e Colunistas. Os conteúdos podem ser acessados gratuitamente.

⁷ Para saber mais: https://wikie.com.br/Di%C3%A1rio_do_Par%C3%A1

⁸ <https://dol.com.br/?d=1>

4.3 Representação dos povos indígenas

Agora que entendemos o que é jornalismo, suas vertentes e como a notícia atua sobre a identidade cultural, começamos a observar em que momento o poder da comunicação no (re)compartilhamento de (re)produções colonizadoras sobre os povos originários amazônicos, os primeiros habitantes e comunicadores de saberes do país, começou. Comerlato (2001) faz uma análise de como as cartas e diários do navegador genovês e líder da expedição espanhola que “descobriu” o Brasil, Cristóvão Colombo, que contavam sobre suas primeiras impressões sobre os indígenas, seria um prenúncio do que hoje encaramos como jornalismo e suas mazelas:

Com costumes diferentes e gerando curiosidades nos colonizadores, os nativos americanos foram noticiados por Colombo (1892, 2013) com pré-julgamentos que passaram a compor o imaginário europeu com aspectos de exotismo, em um processo que viria a desembocar na colonização, tentativa de catequização e no cruel genocídio perpetuado nos anos seguintes. (COMERLATO, 2001, p.2).

Citando José Marques de Melo (2012) e Jorge Pedro de Sousa (2008), Comerlato considera os textos do navegador como “fenômenos do pré-jornalismo praticados durante o Renascimento”, já que há, como dito por Maria Cecília Guirado (2001), que analisou as cartas do escrivão português responsável por descrever as primeiras impressões a chegada ao Brasil, Pero Vaz de Caminha, os textos se aproximam do jornalismo de hoje já que neles “contêm conceitos fundamentais da prática, como ‘a atualidade, o interesse (do público), a veracidade/objetividade e a facilidade de assimilação ou clareza do texto’”. (GUIRADO, 2001, apud COMERLATO, 2021, p. 6).

Nota-se, então, que o compartilhamento da imagem errônea dos povos originários começa com o estranhamento de um povo colonizador que, ao notar alteridade entre suas identidades, moldaram, de acordo com a própria cultura, os indígenas como “seres desprovidos de cultura”: “Conforme notava a ausência de similaridades entre os povos, Colombo (1892, 2013) invalida a cultura e os costumes americanos” (COMERLATO, 2021, p. 10). Com isso, o colonizador começa a “invalidar a outra cultura e causar o [seu] silenciamento” (idem).

A partir de Todorov (2010), Comerlato explica que a narrativa de Colombo pode ser entendida em como o “Eu” europeu entra em contato com o “Outro” americano, totalmente distinto do que lhe é considerado correto, então, logo “estes índios⁹ são dóceis e bons para receber ordens e fazê-los trabalhar, semear e tudo o mais que for preciso, e para

⁹ Trataremos sobre o termo índio no próximo tópico.

construir povoados, e aprender a andar vestidos e a seguir nossos costumes” (COLOMBO, 2013, apud COMERLATO, 2021, p. 12). Com isso, propagando “estereótipos e preconceitos são criados antes mesmo dos povos americanos terem a possibilidade de mostrar sua verdadeira identidade” (COMERLATO, 2021, p. 16).

Comerlato relembra o papel das Grandes Navegações como um campo de estudo textual que aproxima as cartas de Colombo ao que podemos chamar de pré-jornalismo, o que seria o futuro jornalismo, como produtor de sentidos:

Primeiro, houve o surgimento de uma nova literatura que se aproximava do jornalismo em muitos aspectos, com uma maior velocidade informativa, caráter de atualidade e o interesse de representar os acontecimentos das viagens. Segundo, por causa da invenção da prensa de tipos móveis, realizada por Johannes Gutenberg, que permitia a impressão dos textos com a arte tipográfica. Com a combinação dos dois fatores, o velho continente se via cada vez mais diante de um novo horizonte, não só geográfico, mas também cognitivo. O imaginário da modernidade era abastecido com as narrativas testemunhais dos navegadores, que, em algumas situações, se pareciam com “repórteres pré-jornalísticos”, pois eram figuras públicas que faziam a mediação entre os acontecimentos e o público com o intuito de informar. (COMERLATO, 2021, p. 14).

Por 522 anos de uma história escrita por aqueles que acreditam ter “descoberto” uma terra já ocupada, antes mesmo que os povos que aqui habitavam pudessem escrever sua própria história, Comerlato lembra que:

Rapidamente, a Europa foi tomada pelo imaginário do exotismo dos americanos, vistos como estrangeiros distantes e sem oportunidade de fala ou representação devida, com preconceitos que, infelizmente, circulam até hoje” (COMERLATO, 2021, p. 16-17).

É por isso que, em meio às lutas e conflitos, os povos originários buscam romper com estes pensamentos retrógrados em busca da sua resistência, principalmente na conjuntura do ex-governo brasileiro anti-indígena. Amado (2019) relembra que:

Desde o início da implantação do projeto colonial neste território originalmente habitado apenas pelos povos indígenas, a máquina estatal foi se enraizando por meio de medidas extremamente violentas que culminaram para o extermínio de vários povos indígenas. (AMADO, 2019, p. 704).

Para Amado, o Brasil foi construído a partir de um autoritarismo que não abraçou “os territórios originários, a cultura, a organização social, os sistemas jurídicos próprios, as línguas e os modos próprios de ver e de entender o mundo da ótica indígena” (AMADO, 2019, p. 704), além de continuar propagar um sistema colonial até hoje, “valendo-se de uma suposta soberania racial”, como cita o autor. Que torna-se necessário que povos originários precisem criar uma frente de resistência:

Os povos indígenas têm demonstrado uma profunda capacidade de resistência qualificada contra as violações dos seus direitos, cumprindo agendas em diversas

instâncias políticas pelo mundo, com único intuito de continuar a fazê-la para garantirem a sua existência enquanto povos culturalmente diferenciados. Esta capacidade política os povos indígenas têm a oferecer para toda a sociedade envolvente. (AMADO, 2019, p. 705-706).

Apesar do constante enfrentamento por seus direitos, a luta continua invisibilizada pela normatização do racismo sofrido pelos indígenas. Este fato se concretiza quando vemos figuras públicas falando abertamente estereótipos racistas contra os povos indígenas. Como cita Milanez (2019), sobre o governo comandado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro:

Bolsonaro é autor de inúmeras falas públicas racistas, e o início de seu governo merece uma análise mais aprofundada diante da agressividade dos ataques contra os povos indígenas, a desestruturação da FUNAI e do subsistema de saúde indígena e a incitação ao ódio contra indígenas (MILANEZ et al, 2019, p. 2169).

Com depoimentos como esses feitos à “luz do dia”, que ocorre o efeito dominó do racismo ou, como já dito, a construção de uma identidade colonizadora autoritária, realizada pelo Estado, que faz com que instituições contribuam para reforçar estigmas ultrapassados em relação aos primeiros habitantes do Brasil, reforça a necessidade de falarmos sobre o assunto, como diz Milanez:

Embora depoimentos públicos desse tipo sejam comuns, assim como são comuns os casos de violência aberta contra comunidades e indivíduos indígenas, os casos de racismo institucional, e as mais diversas formas de desrespeito aos povos indígenas, tanto diretas como nas entrelinhas das palavras e ações dos agressores, continuam a ser poucos os trabalhos nos campos da história, a antropologia ou o direito que se refiram ao racismo contra indígenas enquanto racismo. (MILANEZ et al, 2019, p. 2172).

Para Milanez, é necessário primeiro reconhecer que o termo racismo se abrange aos indígenas. Depois identificar quando ocorre, reconhecer e debater sobre o assunto. Além de responsabilizar o Estado a criar “espaços políticos institucionalizados que venham a dar conta de maneira sistemática de não apenas receber estas denúncias como combatê-las de maneira eficaz” (MILANEZ et al, 2019, p. 2177). Mais importante é trazer as vozes desses que são afetados pela falta de conhecimento da alteridade cultural, de forma que não se roube o protagonismo da realidade social que apenas indígenas sabem como é. Este ponto, inclusive, é um dos que ampara a realização deste projeto.

4.3.1 Discursos de veículos de comunicação

Se o discurso da mídia se construiu através do colonialismo, os veículos de comunicação de referência e jornalismo de referência regional continuam a estimular e reproduzir estereótipos e sentidos coloniais. Essas narrativas, de acordo com Mota e Boaventura (2021), começa com as escolas de comunicação que:

(...) sustentam suas teorias baseadas em modelos que apenas ressaltam o caráter monolítico das mídias comprometidas com os interesses dos grupos hegemônicos. Essa prática nos induz ao desconhecimento das complexidades das mídias na contemporaneidade, principalmente a diversidade de meios de comunicação direcionados às visibilidade dos diferentes grupos existentes no mundo. (MOTA et al., 2021, p. 54).

Para Mota e Boaventura, a mídia se vale por uma lógica dominante que diminui e extingue saberes dos povos colonizados, não respeitando a alteridade de culturas:

Os discursos midiáticos, por exemplo, apresentam uma imagem estereotipada do indígena, reforçando o preconceito e uniformizando as identidades, criando, dessa forma, um modelo de índio. Quando o indígena não é tratado de forma pejorativa pelos programas jornalísticos, ele é colocado – em filmes, novelas e outros gêneros – na perspectiva folclórica, reforçando o senso comum de que a juventude indígena é homogênea, não reconhecendo assim suas diferenças. (MOTA et al., 2021, p. 54).

Neves, Corrêa e Tocantins (2016) acreditam que há uma “batalha discursiva” que construiu as identidades indígenas que conhecemos hoje, ao mesmo tempo que introduziu um discurso racista:

Portanto, esta fronteira, a midiática, com todas as suas transformações, sempre mediou os processos de contato, a princípio agenciados pelos europeus, depois pelo Estado brasileiro e hoje, também envolvendo os próprios indígenas, presentes nas redes sociais. (NEVES et al., 2016, p. 6).

Apesar de chegarmos a era da internet, com a população com maior acesso à informação, Neves, Corrêa e Tocantins destacam que os processos de mediação continuam obsoletos, ainda com relações de poder que dividiram a sociedade entre “metrópoles e colônias”. É por isso que, ainda, segundo os autores:

O espaço que os povos indígenas ocupam nos meios massivos traduz bastante esta história que se escreve desde o início da colonização. Quando um acontecimento relacionado aos povos indígenas ganha destaque internacional e exige uma posição do Estado brasileiro, ele tem mais chance de entrar na pauta dos meios massivos. Em contraponto a esta situação, durante meses é possível um absoluto silenciamento a respeito destas sociedades. (NEVES et al., 2016, p. 10).

Baseados em Eric Hobsbawm (2008), os autores apontam que há dois tipos de tradição inventada, a institucionalizada e a que é construída gradativamente. Sobre os indígenas, para Neves, Corrêa e Tocantins, a invenção sobre os povos

Nasce dos interesses coloniais, mas se mantém no Estado brasileiro, trata-se de uma invenção fortemente institucionalizada e bastante duradoura, ainda hoje

alimentada pela mídia, pela educação e pela falta de políticas públicas efetivas. (NEVES et al., 2016, p. 18).

A institucionalização começa ou ainda persiste, inclusive, com a terminologia imposta por erro geográfico vindo de Colombo, que erroneamente intitulou os povos originários de “índios” por acreditar que havia chegado à Índia. Rosa (2015), segundo Carneiro da Cunha (2009), explica que a palavra começa a ser utilizada por volta do século XVI, para denominar os indígenas a “um termo mais geral, “gentio”, que designa os indígenas independentes. Pela metade do século, segundo (...) [Cunha], usa-se concomitantemente a expressão “negro da terra”” (ROSA, 2015, p. 258, grifos da autora). Ainda sobre o equívoco de Colombo, Rosa traz Leandro Karnal (2004) que explica como o “índio” foi “normatizado no seio de um discurso sobre raça que se formava e imbricado a uma construção hierárquica de valores que, por sua vez, foram respaldados em uma dada suposição de diferenças biológicas, psíquicas e intelectuais entre os indivíduos” (idem).

Então, por todo este período, criou-se um “discurso racista e eurocêntrico — que não se restringe ao mundo colonial — forjou um certo imaginário identitário sobre os povos nativos da América e outras identidades diaspóricas” (ROSA, 2015, p. 259). Segundo a autora, a nomeação de “índios” apenas categorizou indígenas como uma cultura inferior às culturas colonizadoras dadas como superiores:

Dessa forma, a ideia de “índio” atendia muito mais a uma nomeação generalizada dos colonizadores para as nações e grupos étnicos que viviam no chamado “novo mundo” do que propriamente a uma autonegação por partes dos povos nativos. Dizia muito mais a respeito da forma como os europeus que aqui se instalaram viam uma dada outridade e da maneira como esse outro foi posto em contato com o projeto colonial, a saber, negando sua especificidade humana, língua, cultura e cosmovisão. (ROSA, 2015, p. 262).

Comumente utilizadas nos jornais, como veremos nos veículos de referencial que iremos analisar, o termo “índio” deve cair em desuso, já que é inserido em discursos que fazem “da palavra um atributo, um artifício sócio de domesticação, em que todas as diferenças e particularidades se desfazem em meio, e contrapondo-se, ao discurso universalista do homem branco, civilizado, letrado e cristão” (ROSA, 2015, p. 263). A ressignificação dos povos originários, embora ainda deva percorrer longos caminhos, pode começar com pequenos passos.

4.3.2 Auto representação dos povos indígenas

Depois de discorrermos sobre definições importantes para esta análise, precisamos entender como as notícias são recebidas pelos povos originários. Como na pesquisa de Sônia Kaingang (2022), que acredita que devemos identificar as produções jornalísticas “de forma a evidenciar a distância entre a realidade dos indígenas e o que é noticiado” (KAINGANG, 2022, p. 1190). Baseado na Teoria da Estética da Recepção proposta por Hans Robert Jauss (1979), que afirma o leitor como um ser não passivo, mas dinâmico, e que a comunicação é um encontro de sentidos (BAPTISTA, 1997, apud. KAINGANG, 2022, p. 1190), a autora acredita, pautada em Sousa (1995), que ao ler conteúdos noticiosos, as pessoas procuram estabelecer algum tipo de ligação com aquilo que estão lendo, de forma que “constroem sua identidade de sujeito”:

É assim que, no âmbito do jornalismo, a exigência por atualização de informações acerca do indígena se torna fundamental para uma produção noticiosa de qualidade, que respeite o conjunto dos povos indígenas brasileiros e suas concepções diferenciadas. Por fim, o olhar em busca de um lugar novo na recepção pode ser uma resposta contemporânea no combate ao senso comum acerca do indígena no contexto da informação noticiosa, em que as mensagens são transmitidas, em geral, a audiências relativamente amplas (KAINGANG, 2022, p. 1190).

A partir do pensamento de Wolfgang Iser (1979) que entende o leitor como "jogador", Oliveira e Castrillon-Mendes (2015) definem o texto como um campo de jogo:

(...) em que o autor propõe as regras ao criá-lo, apresentando no texto um mundo não palpável e formando um acordo com o leitor de tratar o mundo apresentado no texto, não como realidade, mas como se fosse realidade (OLIVEIRA, et al, 2015, p. 80).

Logo, a produção de sentidos apresentados em notícias sobre indígenas, além de tratar de uma forma colonialista, pode ser recepcionado pelos povos originários em uma realidade construída que, além de ofender, apaga sua história e diminui suas lutas. Precisamos ter um jornalismo comprometido com a atualização sobre os povos indígenas, além da maior presença dos próprios povos no ensino superior nos cursos de comunicação. Para isso, é necessário pensar que as políticas públicas de acesso existentes ainda não são suficientes para introdução de indígenas ao ensino superior, sendo necessário um estudo mais profundo sobre o assunto, para que possamos reconhecer as vozes e aprender mais sobre os que nos antecederam também nas salas de aula. No mais, para que os povos originários se reconheçam, se auto representem e possam contar sua realidade como ela é. Neide Esterici a partir de Débora Duprat (2007) relembra que:

Cabe ao Estado assegurar aos portadores de culturas e identidades diferentes o controle de suas próprias instituições e formas de vida, desenvolvimento econômico e manutenção e fortalecimento de suas identidades, línguas e religiões. (ESTERCI, 2011, p.41)

Citando Comerlato, encerramos este tópico reconhecendo que:

O erro frequente do jornalismo brasileiro reside em não dar voz ao indígena nas matérias. Ao não ser consultado ou propriamente entrevistado, o povo tem sua imagem apagada e suas opiniões silenciadas. (COMERLATO, 2021, p. 19).

Agora trabalharemos sobre a produção do documentário e como seremos ouvintes, assegurando o que foi dito neste referencial teórico: profissionais indígenas falando sobre as vivências acerca do jornalismo e como não há a representação dos povos originários em suas falas, dando a eles o que são deles: o direito de contar a própria história.

5 METODOLOGIA APLICADA

O modo de produção escolhido para este projeto experimental é o formato de documentário. Mas, para chegarmos à definição dessa forma que será utilizada, entenderemos a partir de Sérgio Puccini (2009) sobre a forma de produção do documentário e suas etapas: pré-produção e produção. Como dito pelo autor, o primeiro passo para se produzir um documentário é a proposta. Neste caso, queremos saber, a partir da escuta de comunicadores indígenas da Amazônia Legal, como percebem a representação produzida pela mídia de referência sobre os povos originários.

5.1 A Pré-produção

Essa etapa envolve pesquisa, desde a escolha do tema, as fontes e o local de gravação. Puccini (2009) acredita que é preciso detalhar quais passos foram tomados para que se possa entender quais decisões foram tomadas antes, durante e depois das filmagens. Percorreremos por alguns destes passos.

5.1.1 Análise de veículos

Para nos prepararmos para as entrevistas, precisamos primeiro analisar dois veículos de referência, já apresentados no referencial teórico. São estes VEJA Digital e Diário Online, dois jornais de referência em âmbito nacional e regional. Para amparar o processo de produção dos episódios, separamos como corpus de análise uma matéria de cada jornal, a fim de mapear e identificar as marcas de discursos coloniais presentes no jornalismo.

Nesse sentido, o Diário Online, jornal do Pará, que tem uma maior circulação estadual e com maior destaque de notícias da região metropolitana de Belém, será analisado a partir da matéria veiculada no dia 30 de maio de 2022. Na ocasião, noticiava-se o desaparecimento, no dia 5 junho, do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês, correspondente do jornal “The Guardian”, Dom Phillips. O desaparecimento foi comunicado pela União das Organizações Indígenas do Vale do Javari (Univaja) em uma segunda-feira, dia 6 de junho, um dia após o crime. O caso, que ganhou cobertura mundial, foi noticiado por veículos como New York Times, The Guardian, The Washington Post, El País, Le Monde e outros. No DOL, após discorrer sobre o caso, a matéria intitulada como “PF prende 3º suspeito das mortes de indigenista e jornalista”¹⁰, marca no discurso colonial começa com o emprego do termo “índio” (figura 1), já explicado nesta análise como uma expressão já inutilizada e que deve ser evitada nos jornais. Outro ponto que chama atenção é a frase “de recente contato do planeta”, como se indígenas fossem seres de outro mundo. Ambos os apontamentos demonstram a falta de conhecimento sobre os povos indígenas.

Figura 1 — Parte da matéria “PF prende 3º suspeito das mortes de indigenista e jornalista” publicada no DOL

O indigenista denunciou que estaria sofrendo ameaças na região, informação confirmada pela PF, que abriu procedimento investigativo sobre a denúncia. Bruno Pereira estava atuando como colaborador da União das Organizações Indígenas do Vale do Javari (Univaja) - entidade mantida pelos próprios indígenas da região. Entre as suas missões, estava a de impedir a caça e a pesca ilegal na reserva, bem como outras práticas criminosas. A Terra Indígena do Vale do Javari concentra o maior número de **índios** isolados ou de recente contato do planeta e qualquer aproximação com não **índios** pode desencadear um processo de extermínio desses povos, seja pela disseminação de doenças ou enfrentamento direto.

Fonte: DOL

Já na Revista VEJA Digital, percebemos o mesmo erro na matéria que foi ao ar no dia 24 de junho de 2022. “Brasileiros em Portugal têm número recorde e deixam marcas nos costumes”¹¹ (figura 2), que descreve como Portugal vem recebendo cada vez mais brasileiros. Em um recorde histórico, a revista relata que, em março, 211.958 brasileiros se transferiram legalmente para o país. Contando com os imigrantes ilegais, o número chega a 400 mil. O mesmo erro de nomenclatura já é notado com a utilização da palavra “índio”.

¹⁰<https://dol.com.br/carajas/noticias/policia/727977/pf-prende-3-suspeito-das-mortes-de-indigenista-e-jornalista?d=1>

¹¹<https://veja.abril.com.br/comportamento/brasileiros-em-portugal-tem-numero-recorde-e-deixam-marcas-nos-costumes/>

Além do mais, o texto começa com a romantização do processo do extermínio indígena, que teve início no “descobrimento” do Brasil. A fala traz a suavização do que de fato aconteceu: portugueses que chegaram aqui, colonizaram nossos povos e cometeram genocídio racial, étnico e cultural.

Figura 2 — Parte da matéria ““Brasileiros em Portugal têm número recorde e deixam marcas nos costumes” publicada na VEJA Digital

Primeiro, Portugal fez o Brasil, transplantando para a vasta colônia habitada por **índios** os pioneiros brancos desbravadores e com eles a língua, os costumes, a comida, o jeito de se vestir, as instituições públicas e até o desapego ao banho predominante nas terras d'além-mar. Levas e levadas de portugueses se instalaram aqui, sendo a mais volumosa a do início do século XX, quando o Brasil abriu as portas a imigrantes e a corrida de lusitanos fez a comunidade chegar a 1 milhão de indivíduos. Nos anos 1950, milhares de portugueses voltaram a afluir, aproveitando mudanças na lei que facilitaram sua entrada num momento em que escapavam da crise europeia no pós-guerra e da perseguição do ditador Oliveira Salazar. Agora, dá-se o inverso: é o Brasil que faz Portugal.

Fonte: VEJA Digital

Estes são apenas dois pequenos exemplos do que se perpetua nos veículos midiáticos do país. Vale ressaltar que são matérias jornalísticas de 2022, sendo quase impossível que os jornalistas que as escreveram não tenham acesso à informação sobre as falas colonizadoras empregadas. O corpus de análise escolhido para este projeto é para termos noção e embasamento, para conseguirmos chamar a atenção para a necessidade e a importância de observar a falta de atualização do jornalismo brasileiro.

5.1.2 Sobre as fontes

Para Puccini (2009), após este passo, é necessário que as fontes aceitem colaborar com o projeto. Nosso documentário contará com três fontes para a construção da nossa narrativa. São eles: **Ariene Susui**, indígena jornalista do povo Wapichana, da comunidade indígena Truaru da Cabeceira, Terra Indígena Truaru, em Roraima. Nascida na mesma comunidade referida, em Roraima, possui graduação em Comunicação Social —

Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima (UFRR) e é mestre em Comunicação no Programa de Pós-graduação em Comunicação da mesma universidade, Ariene é ativista e atua desde os seus 14 anos no movimento indígena. **Tarisson Nawa**, indígena da etnia Nawa, nascido em Mâncio Lima (AC), na Aldeia Novo Recreio, é jornalista graduado em Comunicação Social — Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/MN-UFRJ). Tarisson atua na área de comunicação como assessor de comunicação da Flacso Brasil. **Andreza Andrade**, do povo Baré, que fica no noroeste do estado do Amazonas, na terra indígena Alto Rio Negro, do município de São Gabriel da Cachoeira. Andreza é da aldeia Cucuí, formada em Comunicação Social — Jornalismo pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), é mestre em comunicação pela Universidade de Brasília (UnB) e doutoranda pela mesma universidade. As fontes foram escolhidas a partir do recorte feito para focarmos em profissionais da comunicação indígenas da Amazônia Legal.

5.1.3 Materiais de apoio

Após o aceite das fontes, o estudo sobre o tema proposto deve ser mais aprofundado, iniciando a pesquisa. Com isso, conseguimos ver quais materiais e ferramentas serão utilizadas na produção. O autor cita quatro tipos de fontes que podem ser consultadas. São elas: material impresso, material de arquivo, entrevistas e pesquisa de campo nas locações da filmagem, como explica:

Seguindo essas quatro etapas, o documentarista deverá ler tudo aquilo que for possível, dentro dos limites do tempo disponível para a produção, referente ao assunto escolhido; fazer um exaustivo levantamento de material de arquivo, entre fotos, filmes e arquivos sonoros, buscando garantir permissão de uso no filme; fazer pré-entrevistas com todas as pessoas que possam estar envolvidas no tema; além de visitar os locais de filme para se familiarizar com o espaço físico. (PUCCINI, 2009, p. 32).

Segundo Puccini, o material de arquivo serve como material de apoio para ilustrar eventos passados. “Órgãos de imprensa, bibliotecas, museus, cinematecas, universidades, coleções particulares são algumas fontes possíveis” (PUCCINI, 2009, p. 32), explica o autor.

5.1.4 Pré-entrevistas e pesquisa de campo

Para as pré-entrevistas, faz-se necessário realizá-las para que consigamos informações, confirmações ou aprofundamento de informações já coletadas. Puccini explica que poderá haver alguns imprevistos, como a recusa e resistência do entrevistado para participar do documentário. Ao citar Rosenthal (1996), o autor acredita que, para evitar este tipo de percalço, o primeiro contato pode ser feito com registros feitos à mão ou apenas por gravação de voz. Além disso, se o próprio documentarista fizer isto, segundo Rosenthal, faz-se criar um laço com o entrevistado. Por outro lado, Puccini alerta que essa abordagem pode conduzir a fonte a encenar quando o documentário for produzido já que, uma vez ao saber perguntas e informações sobre a pauta, o entrevistado possa acabar encenando.

Além disso, para Puccini, estudar os locais de gravação é de extrema importância “para prevenir possíveis imprevistos ou problemas técnicos relacionados à iluminação e captação de som, além de fazer com que o documentarista se familiarize com o universo abordado” (PUCCINI, 2009, p. 34). Sendo possível compreender quais equipamentos fotográficos e equipe técnica serão necessários para a gravação.

5.1.5 As pautas

Falaremos, de acordo com a nossa pergunta problema, sobre como o jornalismo de referência impõe e reproduz representações preconceituosas sobre indígenas. As perguntas direcionadas a eles, serão:

De onde surgiu o seu interesse pelo audiovisual?

Qual foi o seu primeiro contato com a comunicação?

Há quantos anos você está na área?

Você tem arquivos das suas primeiras produções?

Qual tipo de trabalho você realiza?

Você já enfrentou ameaças pela sua luta a favor da preservação ambiental?

Você se sente representado, pelos discursos sobre indígenas, do jornalismo brasileiro?

O número de indígenas na comunicação ainda é baixo. Como você se sente em relação a isso?

Você enfrenta preconceitos quanto a ser indígena no trabalho que você realiza?

Que tipo de estereótipos você enfrenta na comunicação?

Como foi a sua formação na área de comunicação?

O que você acredita que precisa ser feito para que o preconceito e as reproduções coloniais sobre os indígenas deixem de existir na mídia?

Na comunicação, qual a sua maior luta por ser indígena?

Por que a comunicação é importante para os povos indígenas?

Se você pudesse deixar um recado para os indígenas que querem ter a oportunidade de ser comunicadores, qual seria?

5.1.6 Do cronograma de pré-produção

As entrevistas serão feitas entre setembro e outubro. Por questão de logística, todos os entrevistados serão entrevistados via Google Meet, já que todas as fontes moram em estados distintos. Os materiais de apoio, tais como fotografias e produções audiovisuais das fontes, serão coletadas em outubro.

5.2 A produção

Para Puccini, a produção depende “das situações de filmagem exigidas pela produção” (PUCCINI, 2009, p. 67). Entender como as entrevistas, sejam estas gravadas em estúdio ou em lugares abertos, exige também planejar quais planos e enquadramentos serão utilizados na gravação. Para o autor, as “escolhas aparentemente menos importantes, como o local de uma entrevista ou posicionamento do entrevistado diante a câmera, são decisivas para a leitura do documentário, para a sua carga visual e seu rigor gráfico na composição da imagem” (idem).

Puccini chama atenção para a espontaneidade em que um documentário pode ser gravado. Apesar de ter um roteiro, o gênero permite uma certa autonomia em gravar cenas que não eram esperadas, o que o diferencia de um filme de ficção. O autor também cita a decupagem técnica, que consiste em levantar quais momentos são importantes e devem entrar no documentário. Entendemos que o assunto abordado traz certa sensibilidade, por isso iremos explorar no momento das entrevistas linhas que não foram programadas. Ficando a cargo da decupagem se esse material poderá ser utilizado.

5.2.1 Tipos de documentário

Segundo o cineasta e crítico de cinema, Bill Nichols (2009), existem 6 subgêneros de documentário¹². Apesar de dificilmente um produto ser apenas de um tipo, de algum modo as narrativas têm um modo preponderante na produção. Em nosso caso, há predominância do expositivo.

O **expositivo** assume a argumentação como âncora da produção. O documentário, então, é a apresentação de uma opinião, de uma tese. Em caso do documentário Timpá o que tomamos como pressuposto é que os povos originários não estão devidamente representados no discurso jornalístico brasileiro. Daí a necessidade de desconstrução dos discursos coloniais na produção discursiva do jornalismo.

5.2.2 Pós-produção

A última etapa, a pós-produção, é a retomada de todo material produzido e coletado. Segundo Puccini, a montagem dá a forma final ao discurso que será passado no documentário. Este último passo se deu entre novembro de 2022 e janeiro de 2023.

6 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Neste momento iremos observar a aplicação da teoria na prática da produção documental. Os conceitos estudados são parte integrante da execução, pois através da teoria obtemos uma melhor compreensão do produto e seu processo de produção.

6.1 Pré-produção

A pré-produção foi além do estado da arte, através da BDTD, do Ibict, e do Google Acadêmico, para começar a nossa pesquisa exploratória: precisamos buscar nos meios jornalísticos de referência nacional e regional, para mapear como estes representam os povos originários em suas produções jornalísticas. Confirmando a violência contra os povos indígenas, buscamos através das redes nomes potentes no movimento indígena para que, através de seus títulos acadêmicos e, acima disso, vivências, pudessem falar sobre a falta de representação que seus povos sofrem no jornalismo brasileiro. As análises, bem como a pesquisa sobre a trajetória dos personagens, serviram como base para a elaboração das pautas.

¹² Segundo o autor são estes poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático.

6.2 Produção

As gravações foram feitas do dia 11 de outubro a 17 de novembro, ultrapassando um mês do previsto no cronograma inicial¹³. Todas as entrevistas foram realizadas via Google Meet, por questão de logística, uma vez que as fontes moram em estados diferentes ao que resido. Selecionamos três fontes: um mestrando em comunicação, Tarisson Nawa, uma mestre em comunicação, Ariene Susui, e uma doutoranda em comunicação, Andreza Andrade. As escolhas iniciais eram comunicadores, diplomados ou não, mas por destino conseguimos entrevistados de níveis acadêmicos diferentes, o que ajudou a compor a narrativa.

Como trata-se de entrevistas online, não foi necessário mais de um retorno de entrevista. Conseguimos, então, de cada fonte, de 1 h a 1 h 30 de gravações. Por conta da limitação do processo de captação das entrevistas, precisamos encontrar na internet imagens para compor a narrativa do documentário. Como todas as fontes são comunicadoras, não houve dificuldade na execução das suas falas. Houve também momentos em que uma fonte ajudou com indicações de leituras para a produção do documentário bem como ensinamentos de como tratar os povos originários.

Aqui houve adequação da ideia original. Em um primeiro momento iríamos montar uma web série, devido a problemas de produção e especialmente tempo para o desenvolvimento de uma web série, optamos por modificar o formato para um documentário.

6.3 Pós-produção

O primeiro passo foi a escolha de um nome que daria conta da importância do tema abordado no documentário. Ao pesquisar dialetos e línguas indígenas, pensamos em duas vertentes: como proposta do produto, somos ouvintes e quem irá nos ensinar são indígenas comunicadores. Ouvir e ensinar seriam duas palavras que caberiam bem para a sugestão da reflexão proposta. Foi então que encontramos timuçakré e timpá, ensinar e ouvir, respectivamente. As palavras são do vocabulário do povo Kaiapó meridionais ou Kaiapó

¹³ Devido ao processo eleitoral coincidir com o período da realização das entrevistas, o prazo previsto no projeto de TCC 1 foi alterado.

do Sul¹⁴, vindo da língua do tronco Macro-Jê¹⁵. Por acreditarmos que o produto deve alcançar mais pessoas brancas do que pessoas indígenas, afinal é esse o propósito, escolhemos a palavra Timpá para dar nome ao documentário, a fim de que possamos ouvir mais o que os povos originários tem a dizer.

Para compreender o que queríamos passar no documentário, fizemos o caminho inverso, preferimos começar com a produção da vinheta. A ideia inicial era contratar uma designer indígena para a produção de vinheta de abertura e GC, mas a ideia não vingou e a designer não indígena Isis Pretonella foi a responsável pela identidade visual do documentário. Após receber o material, conseguimos finalizar a edição com as peças que faltavam, bem como os créditos de todos objetos utilizados para compor este produto. Depois começamos a revisão das entrevistas para ter noção de como poderíamos executar como documentário. Após a análise, partimos para a decupagem das entrevistas, pesquisas de materiais de apoio — sempre tomando nota de quem pertence —, e trilhas. Logo após a construção do roteiro começou. Traçamos como meta separar o documentário por nichos, para que o espectador pudesse compreender uma linha coerente das temáticas a partir das vivências das fontes em relação ao jornalismo.

Com o roteiro em mãos e revisado, partimos para o recorte dos vídeos que foram utilizados — sejam eles autorais ou não. Após este passo, passamos para a montagem, que foi realizada através do Adobe Premiere Pro 2023. Com as imagens prontas, começamos a inserir as trilhas pré-selecionadas, mas acabamos trocando algumas e adicionando outras. Finalizamos o produto com 33 minutos.

7 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PRODUÇÃO

Desde o começo da graduação sempre tive aproximação com o audiovisual, fato que me levou a desejar construir um Produto Experimental como TCC. A temática escolhida para a execução do trabalho também sempre me despertou interesse. Como dito às minhas fontes, que foram extremamente solícitas, não houve chance para que pudesse aplicar o tema durante as cadeiras obrigatórias, o que me fez ter mais força para encarar no trabalho de conclusão. Podendo ser um tiro no pé por nunca ter executado uma matéria ou reportagem sobre, apesar de sempre ler a respeito, foi uma grande chance para aprender

¹⁴ Veja mais sobre o dicionário em <https://www.dicionariotupiguarani.com.br/kaiapo/>

¹⁵ Os principais povos indígenas que falam (ou falavam) línguas deste tronco são: Bororo, Krenák, Karajá, Xavante, Krahô, Apinajé e Krikati. Para saber mais: https://www.suapesquisa.com/indios/linguas_indigenas.htm

mais sobre os povos originários e como posso fazer parte da luta contra a comunicação que visa silenciar discursivamente e invisibilizar essa minoria. Pensar em como posso ajudar, entendendo mais sobre lugar de fala, bem como explicado por Tarisson durante a entrevista para o documentário, sem ter medo de fazer parte dessa resistência, foi desafiador.

Além do medo de adentrar em um assunto pouco debatido (quando digo pouco, é em relação à grande mídia e nas universidades), e pelo fato de ser não indígena, tive como dificuldade encontrar fontes disponíveis para dar entrevistas. Pensemos bem: saímos de um governo anti-indígena com diversas falas racistas como nunca visto antes no nosso país. O retrocesso trouxe atrasos às comunidades indígenas, que tiveram que, mais do que nunca, fazer levantes e movimentos políticos para, mais uma vez, retomar seus espaços. Assim posto, conseguimos enxergar o cenário: era um momento de luta em que todos aqueles que tentei contato, estavam ocupados nas eleições de 2022 lutando por suas representações indígenas na política. O motivo do atraso das gravações foi pela tentativa de aguardar as fontes conseguirem espaços em suas agendas para as entrevistas. Por conta desses percalços, houve troca de fontes e, por ajuda da minha orientadora, consegui o contato da Ariene; e por pesquisa encontrei Tarisson, que me indicou a Andreza como fonte. Estes foram primordiais em me ajudar rapidamente, mesmo com as suas agendas cheias.

Todo esse caminho me confirmou o que aprendi durante a graduação. O jornalismo é uma caixa de surpresa que pode nos trazer bem mais do que queríamos ou imaginamos. Também aprender a lidar com a frustração e, mesmo que as fontes estejam empenhadas em ajudar, entender que forças externas podem nos forçar a mudanças abruptas faz parte do processo. Para quem é metódico, percorrer esses labirintos de “agora vai” e dar de cara com o “não deu” pode ser desanimador em um primeiro momento, mas quando vamos ao encontro de pessoas maravilhosas, o resultado do labor é extremamente satisfatório.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Como o jornalismo de referência impõe e reproduz representações preconceituosas sobre indígenas?”, esta foi a pergunta norteadora deste trabalho. Posto isso, produzimos um documentário expositivo, através da coleta de entrevistas feitas com indígenas que relataram como percebem a não representação dos povos originários na mídia convencional. Através das fontes, chegamos a conclusão de que o jornalismo não

apenas não os representa, mas agride e apaga os seus povos. Desde a perpetuação de nomenclaturas racistas, como “índios”, “tribos” e ao aporuguesar sua língua. Discutimos como o jornalismo ainda tem dificuldade em humanizar falas e enxergar indígenas como protagonistas da sua própria história.

O objetivo de trazer à discussão os métodos ultrapassados em tratar a temática indígena, com estereótipos e o jornalismo como uma técnica que não representa, mas violenta, começa com o diagnóstico feito pelos estudos acadêmicos. Ainda que poucos, podemos entender a recorrência do racismo sofrido pelos povos em vários âmbitos, não sendo apenas na comunicação. Neste ponto, notamos que o jornalismo é uma forte influência no debate público e que, por isso, contribui e constitui a identidade cultural do país. Com um papel tão importante na sociedade, o jornalismo acaba por contribuir significativamente com a perpetuação de falas colonizadoras e a hegemonia branca que cercam as redações.

Nessa relação social da identidade e diferença, como dito por Pacheco (2007), que nos identificam como seres únicos, há uma relação de força e poder que, para a autora, a identidade cultural não é algo natural, mas imposta. Retomando do pressuposto que o jornalista é um mediador de identidade, entendemos como o jornalismo, apesar de não ser protagonista dessa cultura etnocêntrica, faz parte na reprodução do sentido do que é ou não aceito. Como Hall (2016) pondera, o conhecimento está ligado às relações de poder que regulam o que é aceito ou não na sociedade. Desta forma, percebemos que através dos discursos jornalísticos, há uma cultura colonial e hegemônica que são empurradas de formas sutis sobre os indígenas brasileiros. O atestado de tudo mencionado foram os recortes feitos das matérias veiculadas por VEJA Digital e DOL, ao tratar os povos originários de forma errônea, ainda os chamando de “índio”, e por retratá-los ainda como o índio colonial descrito por Colombo. Constatamos que não são casos isolados, pois se repetem nos referidos jornais e também em outros — inclusive de outros grandes nomes.

Como último objetivo específico, nossa meta era apresentar iniciativas de produções de autorrepresentação indígena. Graças às nossas fontes, pudemos refletir como faz-se necessário indígenas ocuparem os espaços da comunicação, principalmente em espaços não indígenas. Começando na academia, as escolas de comunicação, com políticas afirmativas de entrada e de plano de permanência para indígenas, bem como ter universidades prontas para receber e, acima disso, ensinar sobre práticas humanizadas para tratar sobre os povos originários. Também foi levantado a questão de que é preciso repensar as técnicas jornalísticas utilizadas nas redações, bem como a ocupação desses

espaços por mais profissionais indígenas. Trazer os não indígenas como aliados a causa também deve ser encarado como iniciativa.

Como resultado, nosso documentário constitui-se em mais uma contribuição no debate sobre os povos originários e sua não representação no jornalismo de referência no Brasil. Mapeamos, identificamos e apresentamos questões a fim de se estabelecer as prerrogativas sobre como o discurso da mídia se construiu através do colonialismo, e como continuam a estimular e reproduzir estereótipos e sentidos coloniais. Essas narrativas, pensando com Mota e Boaventura (2021), começam com as escolas de comunicação que sustentam suas teorias baseadas em modelos que apenas ressaltam o caráter monolítico das mídias comprometidas com os interesses dos grupos hegemônicos". Para Mota (2021, p.54), essa prática incentiva o "desconhecimento das complexidades das mídias na contemporaneidade", especificamente desconhece a diversidade de "meios de comunicação direcionados às visibilidades dos diferente grupos existentes no mundo", como foi reivindicado pelos entrevistados do documentário Timpá.

O projeto se justifica no contexto atual que passamos, com o amplo debate sobre representação e humanização de sujeitos na comunicação; de discursos jornalísticos e de profissionais da área que muitas vezes não se reciclam, que acabam por objetificar pessoas em contextos já ultrapassados. Neste caso proposto, ponderamos a forma como os indígenas são representados sob o ponto de vista dos próprios povos originários.

REFERÊNCIAS

- AMPHILO, M. I. (2014). **Jornalismo e Identidade Cultural**. Reflexões epistemológicas. *Triade: Comunicação, Cultura E Mídia*, 2(4). Recuperado de <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/triade/article/view/2022>. Acesso em: 13 de jul. 2002
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **AGENDA BRASILEIRA: temas de uma sociedade em mudança**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011 (584p.).
- COMERLATO, E. (2021). As narrativas pré-jornalísticas de Colombo: a produção de sentidos na representação do outro ontem e hoje. **Tropos: comunicação, sociedade e cultura**. (ISSN: 2358-212X), 10(1). Recuperado de <https://periodicos.ufac.br/index.php/tropos/article/view/4975>
- COX, M. I. P. . **A noção de etnocídio: para pensar a questão do silenciamento das línguas indígenas no Brasil**. Polifonia (UFMT) , v. 12, p. 65-81, 2006.
- DE PAULA OLIVEIRA, Jeciane; CASTRILLON-MENDES, Olga Maria. O leitor e a estética da recepção: UMA PROPOSTA DE ANÁLISE DE CIRCUITO FECHADO , DE RICARDO RAMOS **Nonada: Letras em Revista**, vol. 2, núm. 25, julio-diciembre, 2015, pp. 79-86
- ELOY AMADO, L.H. . Autoritarismo e resistência indígena no Brasil. **RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde** , v. 13, p. 702-706, 2019.
- ESTERCI, N. **Amazônia: povos tradicionais e luta por direito**. In: BOTELHO; SCHWARCZ (orgs.). **AGENDA BRASILEIRA: temas de uma sociedade em mudança**. Companhia das Letras: São Paulo, 2011.
- HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, Apicuri, 2016.
- KAINGANG, S. . O indígena e a recepção: um outro lugar na informação noticiosa: O indígena e a recepção: outro lugar na informação noticiosa. **Revista Latino-Americana de Desenvolvimento** , [S. l.] , v. 4, n. 3, pág. 1183–1197, 2022. DOI: 10.46814/lajdv4n3-041. Disponível em: <https://www.latinamericanpublicacoes.com.br/ojs/index.php/jdev/article/view/1099>. Acesso em: 21 jul. 2022.
- MEDINA, Cremilda. **Notícia, um produto à venda: jornalismo na sociedade urbana e industrial**. 2ª ed. São Paulo: Summus, 1988.
- MILANEZ, F. ; SA, L. ; KRENAK, A. ; CRUZ, F. S. M. ; RAMOS, E. U. ; JESUS, G. S. . **Existência e diferença: o racismo contra os povos indígenas**. *Revista Direito e Práxis* , v. 10, p. 2161-2181, 2019.
- MOTA, Tatiana Castro; BOAVENTURA, Luís de Camões Lima. A disputa pelo território midiático. **ContraCorrente: Revista do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em**

Ciências Humanas, [S.l.], n. 17, p. 53-69, dez. 2021. ISSN 2525-4529. Disponível em: <<http://periodicos.uea.edu.br/index.php/contracorrente/article/view/2188>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

NEVES, Ivania; NEVES CORRÊA, Maurício; TOCANTINS, Raimundo de Araújo. A invenção do índio na mídia: silenciamentos, estereótipos e pluralidades. **MOARA – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras** n. 40, p. 05-21, jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/moara/article/view/3281>>. Acesso em: 24 jul. 2022. doi:<http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i40.3281>.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**, Tradução de Mônica. Saddy Martins, 4ª edição, Campinas: Papyrus, 2009.

PACHECO, Joice Oliveira. Identidade cultural e alteridade: problematizações necessárias. **Spartacus - Revista Eletrônica de História**. UNISC, Santa Cruz do Sul, 2007. Disponível em: http://www.unisc.br/site/spartacus/edicoes/012007/pacheco_joyce_oliveira.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022

PUCCINI, Sérgio. **Roteiro de documentário: da pré-produção à pós-produção**. Campinas, SP: Papyrus, 2009.

ROSA, F. M. S. C. da. A invenção do índio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 9, n. 3, p. 257, 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/58523>. Acesso em: 10 ago. 2022.

SANTAELLA, Lúcia. **Comunicação e Pesquisa**. Projetos para mestrado e doutorado. São Paulo: Hacker editores, 2001.

SPARREMBERGER, Fabiana. Jornal regional em contexto de midiaticização: a aproximação com o leitor em momento de mudança editorial no Diário de Santa Maria. **Anais de Resumos Expandidos do Seminário Internacional de Pesquisas em Midiaticização e Processos Sociais**, v. 1, n. 2, set. 2019. Disponível em: <<https://midiaticom.org/anais/index.php/seminario-midiaticizacao-resumos/article/view/801>>. Acesso em: 07 jul. 2022.

SILVA, Dacio Renault da. **Jornalismo e história: o jornalista como historiador do presente**. 2011. 214 f. Tese (Doutorado em Comunicação)—Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis: Insular, 2. ed., 2005.

ZAMIN, A. Jornalismo de referência: o conceito por trás da expressão. **Revista Famecos**, PUCRS, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 918-942, set-dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15448/1980-3729.2014.3.16716>>.